



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO FASE HABILITATÓRIA – ENVELOPE Nº 01

REFERÊNCIA CONCORRÊNCIA Nº 006/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2019

OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares compactáveis, gerados nos domicílios e resíduos sólidos com características domiciliares gerados nos estabelecimentos comerciais, industriais e estabelecimentos públicos da área urbana do município. A quantidade estimada é de até 200 toneladas/mês, cumprindo roteiros pré-estabelecidos através de guarnição composta de motorista, coletores de lixo e de veículos equipados com caçambas compactadores de lixo de carregamento traseiro, para descarga em Área determinada por esta municipalidade, podendo ser Centro de Triagem licenciado ou diretamente no Aterro Sanitário Licenciado, com locação de Containers, nos termos estabelecidos neste Edital e seus anexos

RECORRENTES:

- INOVA AMBIENTAL TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA, CNPJ Nº 07.030.825/0001-06, protocolo nº 447 do dia 14/08/2019.
- JJ TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA - ME, CNPJ 16.584.481/0001-60, protocolo nº 453 do dia 15/08/2019.
- LIMPATUR LIMPEZA URBANA LTDA, CNPJ Nº 04.336.100/0001-44, protocolo nº 458 do dia 16/08/2019.
- KURICA AMBIENTAL S/A, CNPJ Nº 07.706.588/0002-23, protocolo nº 459 do dia 16/08/2019.

I – DAS PRELIMINARES

As empresas acima denominadas como recorrentes, já qualificadas nos autos do processo licitatório na modalidade Concorrência nº 006/2019, através de seus Representantes legais, devidamente constituídos, interpõem RECURSO ADMINISTRATIVO diante do julgamento oferecido pela Comissão Permanente de Licitação na fase habilitatória – abertura de ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO.

Os RECURSOS foram recebidos com efeito suspensivo pela Comissão Permanente de Licitação, eis que interpostas tempestivamente e atendidos os pressupostos de admissibilidade, respondendo ao que foi apresentado, e ao final julgá-la.

Foram intimados através de comunicado os demais participantes no certame para na forma do § 3º, do artigo 109, da Lei nº 8666/93, concedendo-se prazo legal, caso houvesse interesse, para impugnação, estando o processo a disposição no Departamento de Licitações do Município.



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

Apresentou contrarrazões aos recursos das recorrentes, a empresa ora RECORRIDA C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE EIRELI CNPJ Nº 10.745.254/0001-92.

Diante do exposto a Comissão Permanente de Licitação passa a analisar o feito.

II – SÍNTESE DAS RAZÕES DAS RECORRENTES

Em síntese, passa-se a descrever as RAZÕES DE RECURSO apresentados pelas empresas recorrentes:

1 - Recurso apresentado pela empresa INOVA AMBIENTAL TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA, CNPJ Nº 07.030.825/0001-06, protocolo nº 447 do dia 14/08/2019 quanto a habilitação da empresa C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE EIRELI:

"Portanto, tempestivo o presente recurso administrativo interposto em face da decisão que habilitou a licitante C Brasil Serviços de Limpeza e Conservação e Transporte -EIRELI.

2 - DO NÃO CUMPRIMENTO DOS TERMOS DO EDITAL PELA LICITANTE C BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE - EIRELI.

De acordo com item 5.2.2.3 do Edital as licitantes deveriam comprovar qualificação técnica em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação (mínimo de 50% do objeto proposto), mais precisamente com a execução de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares equivalente a 200 toneladas ao mês:

5.2.2.3 Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação. O Atestado deverá conter o nome do responsável técnico indicado pela proponente e atender o que segue:

5.2.2.3.1 O Atestado deverá possuir:

a) Carimbo de Registro no CREA ou Conselho profissional competente para a execução do objeto da licitação;

b) Comprovação de execução de serviços pertinentes com o objeto desta licitação, com relação ao seguinte item:

I - Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares.

b.1) Entende-se por serviço equivalente com o objeto da presente licitação, a execução/prestação que possua, no mínimo, quantitativo igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do objeto proposto, parcela de maior relevância e valor significativo, O SEGUINTE:

DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade
Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares.	Tonelada/mês	200

b.2) Será aceita o somatório de atestados para comprovação do quantitativo.

No entanto, o atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante, C Brasil Serviços de Limpeza e Conservação e Transporte - EIRELI, não é compatível em quantidade e prazo, conforme exigido no item 5.2.2.3.

De fato! Com relação a prazo, o atestado apresentado é datado de março de 2019 e foi acervado junto ao CREA em junho/19, o que significa dizer que no ato da apresentação do referido atestado técnico o representante da licitante possuía no máximo 3 meses de acervo técnico.

Além disso, constata-se que a a Engenheira Responsável Técnica foi contratada após o início do contrato, de modo que se trata de um acervo parcial, de um contrato em andamento, cujo o prazo de serviço rigorosamente documentado junto ao CREA PR, soma apenas 15 dias de acervo técnico, o que é absolutamente incompatível com a exigência técnica exigida no certame.

Não bastasse a não comprovação da execução de serviços com prazos compatíveis com o objeto do certame, constata-se que, quanto à quantidade, o atestado apresentado é de apenas 180 toneladas mês, inferior ao quantitativo exigido no certame, que é de 200 t/mês.



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

Portanto, comprovando que a licitante não comprovou qualificação técnica em quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, a sua inabilitação é medida que se impõe.

O artigo 3º da Lei 8.666/1993 estabelece como princípio basilar do direito licitatório a vinculação ao instrumento convocatório, ao qual a Administração Pública está vinculada, na forma do artigo 41:

Art. 32 A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Diante da não comprovação pela licitante C Brasil Serviços de Limpeza e Conservação e Transporte - EIRELI dos prazos e quantidades exigidos no item 5.2.2.3 (qualificação técnica), requer seja inabilitada para o certame."

2 - Recurso apresentado pela empresa **JJ TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA - ME, CNPJ 16.584.481/0001-60**, protocolo nº 453 do dia 15/08/2019 quanto a sua Inabilitação no certame:

"2. DA HABILITAÇÃO

Trata-se de processo de licitação promovido pelo Município de Contenda, na modalidade de Concorrência Pública, identificado pelo número 006/2019, decorrente do Processo Administrativo nº 075/2019, cujo objeto, em síntese, é a "contratação de empresa prestadora de serviço de coleta de resíduos domiciliares compactáveis, gerados nos domicílios e resíduos sólidos com características domiciliares gerados nos estabelecimentos comerciais, industriais e estabelecimentos públicos da área urbana do município..."

Conforme consta na ata da reunião realizada no dia 09/08/2019 a CPL do Município de Contenda entendeu por inabilitar a recorrente no processo licitatório em epígrafe, apontando o suposto descumprimento do item 5.2.2.3.1, alínea b.1 do edital, sustentando que "em análise aos atestados apresentados, com relação ao da profissional Sra. Geni de Fátima Portela Radoll indicada pela empresa como responsável técnico com aceitação da incumbência de responsável pela execução dos serviços, o mesmo contém a quantidade de 40T/mês, não atendendo a exigência do item 5.2.2.3.1, Alínea b.1, do edital que é o quantitativo igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do objeto proposto, sendo que a Quantidade proposta é de 200T/mês". A decisão ressalta ainda que, a empresa apresentou outros 02 (dois) atestados de capacidade técnica em nome de dois profissionais vinculados a ela, os quais não foram aceitos sob o argumento de que não foi juntada a aceitação destes profissionais.

Vejamos o que diz o item em questão:

5.2.2 Habilitação Técnica

5.2.2.1 *Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho profissional competente para a execução do objeto da licitação, dentro de seu prazo de validade. As empresas que não possuem Registro no CREA ou Conselho profissional competente para a execução do objeto da licitação no Estado do Paraná deverão apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA ou Conselho profissional competente para a execução do objeto da licitação do seu Estado e, no caso de sagrar-se vencedora do certame, deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, visto do CREA do Estado do Paraná ou Conselho profissional competente no Estado do Paraná para execução da obra.*

5.2.2.2 *Licença Ambiental Simplificada ou Licença Ambiental de Operação VIGENTE para a atividade de transporte de Resíduos, emitido pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP).*

5.2.2.3 *Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação. O Atestado deverá conter o nome do responsável técnico indicado pela proponente e atender o que segue:*

5.2.2.3.1 *O Atestado deverá possuir:*

- a)** *Carimbo de Registro no CREA ou Conselho profissional competente para a execução do objeto da licitação;*
- b)** *Comprovação de execução de serviços pertinentes com o objeto desta licitação, com relação ao seguinte item:*



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

I - Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares.

b.1) Entende-se por serviço equivalente com o objeto da presente licitação, a execução/prestação que possua, no mínimo, quantitativo igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do objeto proposto, parcela de maior relevância e valor significativo. **O SEGUINTE SERVIÇO:**

DESCRIÇÃO Unidade Quantidade Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares. Tonelada/mês 200

b.2) Será aceito o somatório de atestados para comprovação do quantitativo.

5.2.2.4 Certidão de Acervo Técnico emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho profissional competente para a execução do objeto da licitação, o qual comprove a aptidão do Responsável Técnico indicado pela proponente para execução dos serviços, devendo constar no Acervo Técnico o(s) atestado(s) apresentado(s). O Atestado de Capacidade Técnica e a Certidão de Acervo Técnico deverão referir-se às atividades técnicas que façam parte das atribuições legais do profissional.

5.2.2.5 Ofício indicando o responsável técnico e profissão, vinculado ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PR ou Conselho profissional competente para a execução do objeto da licitação, que atuará como responsável técnico pela execução dos serviços licitados, acompanhado de prova que pertencer ao quadro permanente de funcionários da empresa (comprovação através de apresentação de contrato social, no caso de sócio; cópia da carteira de trabalho ou contrato particular de prestação de serviço; prova de sua eleição como Diretor (a) da proponente na data prevista para a abertura deste procedimento licitatório; Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA ou Conselho profissional competente para a execução do objeto da licitação onde conste como responsável técnico).

Analisando a redação das regras editalícias em especial a que foi eleita pela CPL para balizar a inabilitação da recorrente, evidencia-se com clareza solar, que a decisão está equivocada, posto que, o item 5.2.2.3.1, alínea b. 1, **NÃO SE REFERE AO PROFISSIONAL INDICADO**, mas tão somente a aptidão da **EMPRESA PROPONENTE**, explico.

Em linhas gerais, o item 5.2.2. trata da qualificação técnica da empresa, ou seja, seu objetivo de suas exigências é comprovar se a EMPRESA proponente detém, minimamente, as condições técnicas necessárias para a perfeita execução do objeto licitado, com vistas a salvaguardar a administração de aventureiros que colocam em risco o erário.

Sendo assim, nos subitens relacionados no edital, constam uma série de exigências inerentes a própria empresa e ao profissional, vejamos (sucintamente):

Subitem 5.2.2.1 - Registro da EMPRESA no CREA;

Subitem 5.2.2.2 - Licença Ambiental da EMPRESA;

Subitem 5.2.2.3 - Atestado de capacidade técnica da EMPRESA;

5.2.2.3.1 o atestado (da EMPRESA) deve possuir:...

5.2.2.3.1 - alínea "a" - Carimbo do CREA (no atestado da empresa);

5.2.2.3.1 - alínea "b" - Comprovação de execução de serviços pertinentes (no atestado da empresa);

5.2.2.3.1 - alínea "b.1." - Exigência de quantitativo mínimo de 50% do total licitado (no atestado da empresa);

5.2.2.3.1 - alínea "b.2" - permissão de somatório de atestados (DA EMPRESA);

5.2.2.4. - C.A.T. - Certidão de Acervo Técnico do PROFISSIONAL;

5.2.2.5 - ofício indicando o responsável técnico;

5.2.2.6 - aceitação do Responsável Técnico;

5.2.2.7 - Declaração disponibilidade de pessoal e equipamentos (DA EMPRESA);

Percebe-se sem nenhuma dificuldade, que a única exigência de comprovação de quantitativo mínimo que consta no edital, é da empresa proponente. Não há no edital de licitação nenhuma exigência de quantitativo inerente ao PROFISSIONAL por ela indicado. E nem poderia, haja vista existir vedação expressa na lei de licitações quanto a este tipo de exigência, vejamos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; (DA EMPRESA)

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

De uma singela leitura do texto legal, percebe-se que todas as exigências neste artigo fazem referência à EMPRESA LICITANTE e não ao profissional por ela indicado.

Indo além, ao tratar do profissional (inciso I do §1º) o legislador cuidou de VEDAR EXPRESSAMENTE qualquer exigência no tocante a quantidades mínimas e prazos máximos, justamente por entender que a aptidão mencionada no artigo 30 da lei de regência, refere-se, prima facie, a EMPRESA LICITANTE que é a real executante dos serviços, devendo dispor, além do responsável técnico, os outros profissionais, equipamentos e a estrutura necessária para a execução dos serviços, e não apenas do responsável técnico, ele é a penas uma parte dos elementos necessários para a comprovação de que a empresa proponente detém as condições mínimas para assegurar uma contratação segura para a administração.

Mister destacar que, a capacitação técnico-operacional da empresa não se confunde com a capacitação do profissional, uma vez que a primeira abrange também as instalações, o aparelhamento, as metodologias de trabalho e os processos internos de controle de qualidade, entre outros aspectos. Vale dizer que, a capacidade técnica do profissional nada mais é do que um dos itens que compõem a capacidade técnico-operacional da empresa licitante, portanto, impossível, confundi-las.

Nesta senda, trazendo este entendimento ao texto estampado no edital em análise, verifica-se que não consta no texto editalício NENHUMA EXIGÊNCIA DE QUANTIDADE MÍNIMA relativa ao responsável técnico, e sendo assim, não pode a empresa recorrente ser inabilitada por algo que não está previsto expressamente do edital. Aliás, vale lembrar que por força do que estabelece o artigo 41 da lei 8.666/93 e em observância ao princípio da vinculação ao ato convocatório estampado no artigo 3º da mesma lei, a administração encontra-se vinculada ao que foi estabelecido no edital de licitação, de maneira que, se não foi inserida esta previsão no edital, é defeso à administração valer-se de regra inexistente para afastar precocemente a empresa interessada no certame.

E mais, nossa jurisprudência já assentou entendimento neste sentido no sentido de que o ente contratante encontra limites na lei de licitações, no tocante aos documentos que podem ser exigidos das empresas licitantes, vejamos:

Sumário: REPRESENTAÇÃO. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO. ANULAÇÃO DO CERTAME. DETERMINAÇÕES. COMUNICAÇÕES. 1. Não é lícita, em processo de licitação, a exigência da chamada "carta de solidariedade", uma vez que restringe o caráter competitivo do certame. 2. No certame licitatório, os documentos que podem ser exigidos quanto à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico financeira, regularidade fiscal e prova de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal estão adstritos àqueles previstos nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/1993. 3. O edital de licitação somente poderá exigir qualificações técnicas e econômicas que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento da obrigação. (TC 008.109/2008-3-Plenário) - (grifamos)

Portanto, a CPL deve, obrigatoriamente, obedecer estritamente o rol taxativo que consta na lei, assim como, a todos os termos grafados no edital de licitação, devendo ainda, analisar de maneira distinta os documentos que foram apresentados, valorando aqueles que dizem respeito a aptidão técnico-operacional da empresa licitante e aqueles que se referem a qualificação técnica do profissional por ela indicado, sendo-lhe defeso, CONFUNDIR estes documentos.



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

Ademais, por força de lei, o texto do edital, assim como o julgamento, devem ser claros e objetivos, não existindo espaço para interpretações subjetivas à margem da lei ou do texto publicado no edital. Ou seja, NÃO PODE uma licitante ser inabilitada por algo subjetivo ou interpretativo. A decisão obrigatoriamente deve estar pautada em elementos objetivos e previamente fixados no edital e amparados pela lei.

Não é o que se vê no presente caso, onde a empresa recorrente foi inabilitada por uma exigência não prevista no edital, afinal, o item editalício apontado como gerador da inabilitação, claramente refere-se à empresa licitante e não ao profissional por ela indicado, e sendo este item, inerente a qualificação técnica DA EMPRESA, tal exigência foi perfeitamente cumprida pela empresa recorrente, haja vista, ter apresentado atestado de capacidade técnica integralmente compatível com as exigências do edital.

Ou seja, a empresa está sendo afastada do prosseguimento do certame, mesmo tendo atendido integralmente as exigências do edital. Agora, se era a INTENSÃO do órgão contratante exigir algo mais do responsável técnico, deveria ter inserido suas pretensões de maneira clara e objetiva no edital e desde que, não afrontassem a lei de regência, e não o fazendo, não pode valer-se de algo subjetivo e que não fez constar do edital, para inabilitar licitantes.

Vale ressaltar ainda, que no momento da análise dos documentos, ainda durante a sessão, o presidente da CPL ainda observou ao representante da empresa recorrente que, "o edital permitia inclusive o somatório de atestados do responsável técnico". Perguntamos: ONDE ISSO ESTÁ ESCRITO NO EDITAL? EM QUAL ITEM?

Contrariamente ao que foi dito pelo nobre presidente da CPL o edital traz previsão neste sentido na alínea "b.2." do subitem 5.2.2.3.1, contudo, esta possibilidade, claramente, está sendo dirigida aos atestados apresentados PELA EMPRESA LICITANTE e não pelo responsável técnico, basta LER o edital.

Esclarecendo um pouco mais, o item 5.2.2.3 trata do atestado que deve ser apresentado pela EMPRESA LICITANTE, logo, o SUBITEM 5.2.2.3.1 obrigatoriamente enumera os requisitos mínimos que este atestado (DA EMPRESA) deve atender para ser aceito e/ou considerado válido. Por sua vez, o atestado de capacidade técnica do responsável técnico está previsto no ITEM 5.2.2.4 (momento posterior) que traz expressamente quais os requisitos para sua aceitação e neste item **NÃO CONSTA NENHUMA EXIGÊNCIA RELATIVA A QUANTIDADE MÍNIMA**, e ainda que constasse, seria totalmente ilegal, ante a expressa vedação contida no §5º do artigo 30 da lei 8.666/93.

Importa ressaltar que, se assim não fosse, o edital estaria obrigando a empresa licitante a manter vínculo eterno com determinado profissional, ao passo que condiciona a validade do atestado da empresa à CAT do profissional **que está sendo indicado**. Ora, se assim pensar, a empresa fica refém de um único profissional, caso contrário seus atestados serão imprestáveis. Além de absurda tal pretensão, não encontra guarida na lei de regência. E nem poderia, afinal, a lei trata a qualificação da empresa totalmente separada da qualificação do profissional, o edital é que está fazendo esta confusão que resulta em prejuízo para a licitante.

Insta salientar ainda, que o permissivo trazido na já mencionada alínea "b.1.", reforça a ideia de que os itens, subitens e alíneas que a antecederam, fazem referência expressa e se dirigem **EXCLUSIVAMENTE à empresa** licitante, jamais ao responsável técnico, cujos critérios somente são estabelecidos no edital a partir do item 5.2.2.4. E sendo assim, não há motivo algum que justifique a inabilitação da empresa recorrente, posto que atendeu integralmente ao edital de licitação.

Ademais, pode alguém mais desinformado alegar que a empresa deveria ter impugnado o edital. Ora, simples, a empresa LEU o edital e entendeu de forma objetiva aquilo que nele está escrito e apresentou os documentos de acordo com as regras estipuladas no ato convocatório. Ou seja, não estamos questionando o edital em si, mas tão somente a interpretação que a CPL está fazendo das regras nele publicadas e esta sim, está equivocada, haja vista, a obrigatoriedade da CPL em aplicar objetivamente as regras do edital e da lei, sem nenhuma margem de subjetividade, como, arbitrariamente está fazendo. Aliás, ainda que a regra editalícia permitisse mais de uma interpretação, o posicionamento da CPL obrigatoriamente tem que ser pela ampliação da disputa e não ao contrário como está fazendo, pois assim agindo, fatalmente resultará em evidente prejuízo à recorrente e ao certame, posto que, o afastamento precoce de empresas licitantes pode comprometer o caráter competitivo da licitação e afetar o interesse público, obrigação precípua do ente licitante.

Inobstante as considerações acima, a conduta adotada pela CPL ao inabilitar a licitante está violando diversos princípios consagrados no Artigo 37, Inciso XXI, da Constituição Federal e no artigo 3º da lei de regência, senão vejamos:

Art. 37 da CF



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte: [...] **(grifamos)**

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. **(grifamos)**

Lei 8.666/93

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do **princípio constitucional da isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. **(destacamos)**.

Como se vê, a paridade de armas tem previsão expressa em nossa Carta Maior e na lei de Licitações, condição que obriga a administração a dispensar a mesma atenção e adotar o mesmo critério para todas as empresas, sem qualquer distinção ou preferência, fato não observado pela CPL, posto que adotou critério, conduta e tratamento diferenciado entre as licitantes, em especial, em face da recorrente, que restou inabilitada por uma regra que não está prevista no edital.

Por fim, o apego exacerbado da CPL à suposta ausência de comprovação da experiência da profissional não se justifica, uma vez que se trata de condição irrelevante para a segurança que a administração deve buscar nas licitações, principalmente considerando que a empresa comprovou que possui mais dois profissionais a ela vinculados cuja somatória de atestados e de CAT superam em muito o limite mínimo que consta no edital e ainda, não podemos deixar de mencionar que a lei autoriza a substituição, a qualquer tempo, do profissional indicado primariamente, conforme preconiza o §10 do artigo 30 da lei federal 8.666/93.

Neste sentido o TCU já firmou entendimento no sentido de que, para garantir que a empresa possua profissional adequado, pode-se comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências (sic) ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade pertinência em relação ao objeto licitado. (BRASIL, TCU, 2009b) **(Grifo nosso)**"

Este também é o entendimento doutrinário acerca desta matéria, vejamos a lição do Professor HELY LOPES MEIRELLES:

O que o princípio da igualdade entre os licitantes veda cláusula discriminatória ou o julgamento faccioso que desiguale os iguais ou iguale os desiguais, favorecendo a uns e prejudicando a outros, com exigências inúteis para o serviço público, mas com destino certo a determinados candidatos, é a forma mais insidiosa de desvio de poder, com Administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela o Judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou favoritismo administrativo desigualando os proponentes por critérios subjetivos de predileção ou repúdio pessoal do administrador, mas sem nenhum motivo de interesse público, e sem qualquer vantagem técnica ou econômica para a Administração. **Dal por que a Lei regulamentar da ação popular considera nulo o contrato resultante de edital em que "forem incluídas cláusulas ou condições que comprometam o seu caráter competitivo."** (in Licitação e Contrato Administrativo, 10ª ed., São Paulo:Saliva). **(grifo nosso)**.

Registra também JOSÉ CRETELLA JÚNIOR, "apenas serão admitidas exigências absolutamente necessárias para demonstrar que a proponente está preparado para executar o objeto da licitação" (in Comentários à Constituição Brasileira de 1988, ed. Forense Universitária, 2ª ed., 1992, v. IV, p. 2249).

Sobre o assunto MARÇAL JUSTEN FILHO disserta:

"Será inválida a discriminação contida no ato convocatório se não se ajustar ao princípio da isonomia. [...] Assim, o ato convocatório viola o princípio da isonomia quando: a) estabelece discriminação desvinculada do objeto da licitação; b) **prevê exigência desnecessária e que não envolve vantagem para a Administração**; c) impõe requisitos desproporcionados com necessidades da futura contratação; d) adota discriminação ofensiva de valores constitucionais ou legais. ..." (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15ª edição, São Paulo DIALÉTICA, 2012, p. 60). **(grifo nosso)**.

E assevera:



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

"a discricionabilidade na fixação das exigências de qualificação técnico operacional não significa que a Administração possa escolher as que bem entender. A escolha tem de ser resultado de um processo lógico, fundado em razões técnico-científicas. [...] Trata-se de restrição ao universo de licitantes, que **somente se revela como constitucional quando for indispensável à segurança da Administração Pública.**" (Comentários, ob. cit.).

Por fim, é de reparar que a empresa recorrente apresentou documento denominado "declaração de responsabilidade técnica" onde faz a indicação de 02 (duas) profissionais: Sra. GENI DE FÁTIMA PORTELA RADOLL e EMANOELLE MAGATÃO DOS SANTOS, apresentou ainda atestado de capacidade técnica de ambas as profissionais e CAT de ambas as profissionais, assim, ainda que considerássemos o raciocínio externado pela CPL, algo que trazemos a baila apenas para argumentar, perguntamos:

a) Porque não foi feito o somatório destes atestados conforme previsto na alínea "b.1."?

b) Em qual item do edital está escrito que somente poderei ser somados atestados do mesmo profissional, conforme "verbalizado" pelo presidente da CPL, durante a sessão?

c) Onde está o impedimento na lei para este procedimento?

Vale lembrar que a própria CPL reconhece e registrou em ata, que a empresa recorrente apresentou os documentos de outros dois profissionais comprovadamente vinculados à empresa, detentores de acervo técnico superior à exigência do edital.

Na mesma ata, a CPL alega que no caso destes dois profissionais, estaria ausente o documento de aceitação de incumbência de responsabilidade técnica.

Ora, primeiramente, esta exigência não tem previsão legal na lei de licitações e em segundo lugar, no contrato de prestação de serviços assinado por estes profissionais com a empresa recorrente, **CONSTA EXPRESSAMENTE ESTA ACEITAÇÃO para todos os processos de licitação** que a recorrente venha a participar, ou seja, ainda que, pela visão distorcida da CPL, a empresa recorrente apresentou a documentação prevista no edital e que é suficiente para comprovar a sua qualificação técnico operacional para executar os serviços licitados de maneira segura para a administração, comprovando, por derradeiro, que a decisão de inabilitação é equivocada, absurda e viciada, devendo ser reformada.

Portanto a inabilitação da recorrente, pautada na suposta ausência de comprovação da quantidade mínima de toneladas, relativamente ao **Profissional indicado**, não se sustenta, **a uma** porque o atestado apresentado pela Engenheira Geni, já seria suficiente para atender ao que **ESTA EXPRESSAMENTE ESCRITO NO EDITAL** e previsto em lei; **a duas** porque não há previsão expressa no edital de qual quantidade deveria ser alcançada pelo **PROFISSIONAL INDICADO** (mas tão somente pela empresa); **a três**, a decisão, deixa de observar a vedação contida no inciso I do § 1º do art. 30 da Lei de licitações; **a quatro** se somados os documentos das responsáveis técnicas que foram apresentados (alínea b.1. do edital), ultrapassam em muito o mínimo trazido pelo edital (neste caso considerando como hipótese a visão equivocada da CPL).

Estas condições demonstram o equívoco na decisão da CPL, razão pela qual deve ser revista e reformada, **devendo a recorrente ser declarada habilitada**, possibilitando o seu prosseguimento no certame, até os seus ulteriores fins, é o que se requer."

3 - Recurso apresentado pela empresa **LIMPATUR LIMPEZA URBANA LTDA, CNPJ Nº 04.336.100/0001-44**, protocolo nº 458 do dia 16/08/2019 quanto a sua Inabilitação no certame:

"Faz-se necessário por parte da empresa questionar a decisão excessiva da Comissão de Licitação, requerendo assim a reforma da decisão. As alegações para inabilitação da empresa Recorrente, se baseiam nos seguintes argumentos: a empresa Limpatur apresentou os documentos exigidos no item 5.2.1.4 Certidão Simplificada e no item 5.2.3.1. Certidão Negativa de Falência e Concordata em desconformidade com o exigido no Edital, estando a primeira com emissão a 62 dias da abertura do Edital, e a segunda a 64 dias.

Em que pese à decisão da comissão de licitação, o recurso ora apresentado merece prosperar, devendo a decisão atacada ser reformada, conforme fatos e fundamentos apresentados a seguir.

2. DOS PONTOS RECORRIDOS NA INABILITAÇÃO SUBITEM 5.2.1.4 CERTIDÃO SIMPLIFICADA

O subitem destacado acima encontra-se no rol de documentos, solicitados no item 5.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA E REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA do edital, o fato da certidão Simplificada estar com data de emissão 2 dias superiores ao disposto no edital não é motivo suficiente para afastar do processo licitatório empresa idônea e reconhecidamente atuante no mercado do objeto licitado, uma vez que os demais documentos apresentados são capazes de atestar a habilitação da Recorrente, e que conforme o art. 43, § 3º, da Lei nº 8666/1993, este



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

dispositivo legal que criou um poder-dever por parte da comissão de licitação, obrigando-a a realizar diligência quando há alguma falha formal, omissão ou obscuridade nos documentos de habilitação. Esse dever deve busca superar o dogma do formalismo excessivo, deve prestigiar a razoabilidade e a eficiência, a ampliação da competitividade e a proposta mais vantajosa para a Administração.

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Na esteira da Lei 8.666/1993 o Tribunal de Contas da União no Acórdão TCU nº 1.795/2015-Plenário, já decidiu que:

“... ”

irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência.

“... ”

Ou seja, o dever da comissão de licitação diligenciar os documentos apresentados, seja através dos demais documentos, seja por meio telefônico/eletrônico. Não cabe aqui se falar em inabilitação de concorrente por motivo formal que através de simples conferência pode se obter o resultado esperado pela administração, pois se assim agir, estará a administração fazendo uso de formalismo excessivo e assim ferindo a Supremacia do interesse Público.

SUBITEM 5.2.3.1 CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E CONCORDATA

O subitem destacado acima encontra-se no rol de documentos solicitados no item 5.2.3 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA do edital, o fato da Certidão Negativa de Falência e Concordata estar com data de emissão 4 dias superiores ao disposto no edital não é motivo suficiente para afastar do processo licitatório empresa idônea e reconhecidamente atuante no mercado do objeto ora licitado, uma vez que os demais documentos apresentados são capazes de atestar que a Empresa não encontra-se em processo Falimentar, para isso estava acostado aos documentos de habilitação apresentados pela empresa seu balanço patrimonial, demonstrações contábeis, bem como os índices financeiros atualizados que cabalmente comprovam o fato da empresa não estar em processo de falência, ligado ao que dispõe o art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, este dispositivo que, cria um poder-dever por parte da comissão de licitação, obrigando-a a realizar diligência quando há alguma falha formal, omissão ou obscuridade nos documentos de habilitação. Esse dever deve buscar superar o dogma do formalismo excessivo, deve prestigiar a razoabilidade e a eficiência, a ampliação da competitividade e a proposta mais vantajosa para a Administração.

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

“... ”

§3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Na esteira da Lei 8.666/1993 o Tribunal de Contas da União no Acórdão TCU nº 1.795/2015-Plenário, já decidiu que:

“... ”

irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência.

“... ”

Desta forma, deve ser reformada a decisão da comissão de licitação que inabilitou a recorrente, tornando-a habilitada para abertura das propostas de preços sob pena de não o fazendo estar-se afastando proposta que pode ser a mais vantajosa para o município de Contenda Estado do Paraná, o que poderá acarretar na nulidade do certame.

Acima visando a competitividade do certame e a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração Pública, sem deixar de observar as exigências legais.

ANTE O EXPOSTO, requer seja reformada a decisão que inabilitou a empresa recorrente, a fim de HABILITAR a empresa LIMPATUR LIMPEZA URBANA LTDA, buscando assim ampliar a competitividade, a busca pela melhor proposta e a Supremacia do Interesse Público.



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

4 - Recurso apresentado pela empresa KURICA AMBIENTAL S/A, CNPJ Nº 07.706.588/0002-23, protocolo nº 459 do dia 16/08/2019 quanto a habilitação das empresas: C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE EIRELI e INOVA AMBIENTAL TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA:

"3 - DAS RAZÕES PARA A INABILITAÇÃO DAS EMPRESAS C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE EIRELI E INOVA AMBIENTAL TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA.

a) DA INABILITAÇÃO DA C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE EIRELI.

Vejamos que o edital não deixou dúvidas que as licitante deveriam apresentar a declaração de índices contábeis contendo a assinatura tanto do Contador devidamente registrado junto ao órgão classista, como a assinatura do RESPONSÁVEL LEGAL PELA EMPRESA:

5.2.3.2 Comprovação da boa situação financeira da empresa, através do cálculo de índices contábeis abaixo especificados e de acordo com o Anexo IV assinada pelo representante legal e contador da empresa:

O documento apresentado pela licitante C. Brasil encontrasse desprovido da assinatura da representante legal da empresa juntamente com a assinatura do contador da empresa:

C. BRASIL | CNPJ 16.745.254/0001-82
SERVIÇOS DE LIMPEZA E TRANSPORTE | FONE (41) 3024.3656
WWW.CABRASIL.COM.BR

000015

ÍNDICES FINANCEIROS

A. C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTES EIRELI inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.745.254/0001-82, com sede em Rua Manoel Rodrigues de Oliveira nº 220 - Lote 821 - Pq. Industrial II - Curitiba - Paraná - CEP 64.250-100, por intermédio de seu contador responsável o Sr. CLAUDIO CREPALDI, portador da Carteira de Identidade nº 4.016.181-2, CPF nº 938.643.808-00 e CRC/PR nº 33.075/O-1, apresenta abaixo seus Índices Financeiros apurados no balanço financeiro em 31/12/2018, como segue:

30 Índice de Liquidez Geral (LG) = $(AC + RLP) / (PC + PNC)$

$2.328.447,82 + 71.988,47 / 1.022.563,20 + 354.749,25 = 2.400.436,29$
 $1.417.312,45 = 1,69$

31 Índice de Liquidez Corrente (LC) = $AC / PC = 2.328.447,82 / 1.022.563,20 = 2,27$

32 Índice de endividamento (IE) = $(PC + PNC) / AT$

$1.022.563,20 + 354.749,25 / 3.238.629,12 = 0,43$

33 Índice de Solvência Geral (SG) = $AT / (PC + PNC)$

$3.238.629,12 / (1.022.563,20 + 354.749,25) = 2,28$

Curitiba/PR, 01 de julho de 2019.

Contador Responsável
Nome: Claudio Crepaldi
CRC/PR 33075/O-1

CNPJ Nº 16.745.254/0001-82
ENDEREÇO: Rua Manoel Rodrigues de Oliveira, nº 220 - Lote 821 - Pq. Industrial II - Curitiba - Paraná - CEP 64.250-100

PROPOSTA Nº 000015
CABRASIL - INOVA - CNPJ 07.706.588/0002-23

Sendo assim conforme previsão do próprio instrumento convocatório:

7.2 Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos no item 5 deste Edital.

E ainda por força do Princípio da vinculação ao instrumento convocatório deve a licitante C. Brasil ser devidamente inabilitada por não ter atendido aos requisitos habilitatórios constantes no Edital de Concorrência 06/2019.



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

b) DA INABILITAÇÃO DA EMPRESA INOVA AMBIENTAL.

A empresa INOVA AMBIENTAL, apresentou certidão de Registro no CREA com impropriedades devendo ser inabilitada, uma vez que a própria certidão de registro do CREA/PR, qualquer alteração das informações ensejam a invalidade do documento:

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 260994/2019, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(is) técnico(s).

Emitida via Internet em 12/07/2019 13:58:54

Vejamos que embora o contrato social indique o endereço da sede seja na rua Olga Balster, nº 2127, Cajuru - Curitiba, entretanto, o registro do CREA consta Rua professora Olga Balster, nº 2127, Capão da Imbuia:

CREA:

Endereço: RUA PROFESSORA OLGA BALSTER, 2127 CAPAO DA IMBUIA

Município/Estado: CURITIBA-PR

CEP: 82810160

Contrato Social:

únicos sócios da INOVA AMBIENTAL TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua Olga Balster, nº 2127, Cajuru - Curitiba - Paraná - CEP 82810-160, inscrita no CNPJ sob nº 07.030.825/0001-06, devidamente registrada na

Ainda verificasse que a empresa INOVA AMBIENTAL, apresentou Declaração de índices contábeis desprovida da assinatura tanto do Contador Responsável quanto do Representante Legal da Empresa:

NOME: INOVA AMBIENTAL TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA CNPJ: 07.030.825/0001-06 Data: 12/07/2019 13:58:54	
11 - Capital Social	12 - Provisões de Impostos Totais
Recursos Sociais: 1.000.000,00	Recursos Sociais: 1.000.000,00
Capital Social: 1.000.000,00	Recursos Sociais: 1.000.000,00
Reservado: 1.000.000,00 para o ano 12/07/2019	Reservado: 1.000.000,00 para o ano 12/07/2019
13 - Capital Social	14 - Provisões de Impostos Totais
Recursos Sociais: 1.000.000,00	Recursos Sociais: 1.000.000,00
Capital Social: 1.000.000,00	Recursos Sociais: 1.000.000,00
Reservado: 1.000.000,00 para o ano 12/07/2019	Reservado: 1.000.000,00 para o ano 12/07/2019
15 - Capital Social	16 - Provisões de Impostos Totais
Recursos Sociais: 1.000.000,00	Recursos Sociais: 1.000.000,00
Capital Social: 1.000.000,00	Recursos Sociais: 1.000.000,00
Reservado: 1.000.000,00 para o ano 12/07/2019	Reservado: 1.000.000,00 para o ano 12/07/2019
17 - Capital Social	18 - Provisões de Impostos Totais
Recursos Sociais: 1.000.000,00	Recursos Sociais: 1.000.000,00
Capital Social: 1.000.000,00	Recursos Sociais: 1.000.000,00
Reservado: 1.000.000,00 para o ano 12/07/2019	Reservado: 1.000.000,00 para o ano 12/07/2019
19 - Capital Social	20 - Provisões de Impostos Totais
Recursos Sociais: 1.000.000,00	Recursos Sociais: 1.000.000,00
Capital Social: 1.000.000,00	Recursos Sociais: 1.000.000,00
Reservado: 1.000.000,00 para o ano 12/07/2019	Reservado: 1.000.000,00 para o ano 12/07/2019

Deixou de apresentar todas alterações contratuais, deixando de atender ao item 5.2.1.1 do instrumento convocatório:



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

5.2.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual, Ato Constitutivo e alterações, Estatuto ou Contrato Social em vigor e última alteração, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

O estatuto social trazido pela empresa junto aos seus documentos de habilitação datam o dia 03/04/2018:



CERTIFICO O REGISTRO EM 03/04/2018 14:43 SOB Nº 20181104636.
PROTOCOLO: 181104636 DE 20/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801189735. NIRE: 41205331649.
INOVA AMBIENTAL TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA

Libertad Boque
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 03/04/2018
www.espressafacil.pr.gov.br

Entretanto conforme podemos consultar na certidão simplificada apresentada junto aos documentos de habilitação, existe um arquivamento datado de 19/03/2019:

Último Arquivamento

Data: 19/03/2019

Número: 20190625854

Ato: OFÍCIO

Evento(s): OUTROS

Desta feita deve ser inabilitada por deixar de atender aos requisitos explícitos do instrumento convocatório.

4 - DOS PEDIDOS

De sorte, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, pela **INABILITAÇÃO**.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que a Comissão de Licitação, na hipótese de não fazer isso ocorrer, faça o presente recurso subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º do Art. 109 da Lei 8666, observando-se o disposto no § 3º do mesmo dispositivo.

III – DAS CONTRARRAZÕES

A empresa RECORRIDA C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE EIRELI CNPJ Nº 10.745.254/0001-92 apresentou contrarrazões aos recursos protocolos sob. nº 469 e 470, do dia 22/08/2019 quanto o recurso apresentado pela empresa INOVA AMBIENTAL TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA e a empresa KURICA AMBIENTAL S/A conforme segue:

I. Contrarrazão protocolo nº 469 de 22/08/2019:

“CONTRA RAZÕES RECURSAIS ADMINISTRATIVAS em face ao recurso interposto pela empresa INOVA AMBIENTAL, doravante denominada RECORRENTE, pelos motivos a seguir expostos.

Como veremos a seguir, as intenções da Recorrente ao apresentar seu Recurso são meramente protelatórias, com razões infundadas e que visam tão somente o benefício próprio e induzem a Administração ao erro.

Em síntese apertada, a Recorrente, em seu recurso, no que tange à Recorrida, alega que:

a) a Recorrida não apresentou atestado que atenda a quantidade mínima de 50% do objeto proposto;

b) o acervo referente ao atestado apresentado não possui prazo compatível ao solicitado em edital.

I- DA HABILITAÇÃO TÉCNICA - especificamente item 5.2.2.3.1 e 5.2.2.4

Primeiramente, importante destacar que a Recorrente apresentou “Termo de Renúncia”, ou seja, declarou formalmente que descarta sua possibilidade de manifestar recursos neste processo.



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

INOVA
AMBIENTAL

A
Comissão Permanente de Licitações do Município de Contenda
Sessão nº 066/2019

TERMO DE RENÚNCIA

Senhora Presidente,

O proponente abaixo assinado, participante da licitação sob o modalizador de CONCORRÊNCIA Nº 006/2019, instaurada pela Prefeitura Municipal de Contenda, renuncia na forma e sob as penas impostas pelo Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso da fase habilitatória e ao preço respectivo, e consentindo, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, passando-se a abertura dos envelopes de proposta de preços dos proponentes habilitados.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Contenda, 06 de agosto de 2019.

Itauro Ambiental Transportes de Resíduos Ltda.
CNPJ 07.030.825/0001-06
Eng. Giovanni Nazareno de Andrade
Licenciado Profissional / Responsável Técnico
R/O 3.333.334-9 / CPF 564.271.409-06

Rua Pádua Guedes, 2.274 - JARDIM BELLA VISTA - CEP 81.520-100 - Fone: (41) 3333-3333 - E-mail: itauro@itauro.com.br

Porém a Recorrida certa que irá desqualificar os argumentos de sua concorrente, e em respeito ao debate e pela E. Comissão, irá discorrer ponto a ponto da peça recursal apresentada. O edital, em seu item 5.2.2, indica os documentos que os licitantes devem apresentar para comprovar sua capacidade técnica. A Recorrente menciona especificamente o item 5.2.2.3.1, qual seja:

5.2.2.3.1 O Atestado deverá possuir:

- a) Carimbo de Registro no CREA ou Conselho profissional competente para a execução do objeto da licitação;
- b) Comprovação de execução de serviços pertinentes com o objeto desta licitação, com relação ao seguinte item:

1 - Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares.

b.1) Entende-se por serviço equivalente com o objeto da presente licitação, a execução/prestação que possua, no mínimo, quantitativo igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do objeto proposto, parcela de maior relevância e valor significativo. O SEGUINTE SERVIÇO:

DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade
Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares.	Tonelada/mês	200

b.2) Será aceito o somatório de atestados para comprovação do quantitativo.

A Recorrente inicialmente alega, de maneira genérica, que o atestado apresentado pela Recorrida "não é compatível em quantidade e prazo", posteriormente de maneira confusa expõe seu raciocínio, onde argumenta que a quantidade apresentada "é de apenas 180 toneladas mês" sendo essa "inferior ao quantitativo exigido".

Ora, de fato a quantidade apresentada no atestado da Recorrida corresponde a 180 ton/mês. Porém talvez por inexperiência ou má fé, a Recorrente faz parecer que os licitantes deveriam comprovar 200 ton/mês quando na verdade o edital é claro ao exigir "no mínimo 50%" do solicitado, ou seja, 100 ton/mês. Para não deixar dúvida, a E. Comissão ainda deixa tal informação clara no termo referencial, vejamos:

2.3 A quantidade estimada mensal é de até 200 toneladas de resíduos sólidos domiciliares e com características domiciliares, fração essa de resíduos úmidos, orgânicos e embalagens misturadas, produzidos por geradores domiciliares, comércio, indústrias e pelos órgãos públicos, excluídos



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

os recicláveis ou reutilizáveis, os perigosos, contaminantes e os resíduos de construção civil, a serem destinados diretamente no Aterro Sanitário ou Centro de Triagem sob indicação da CONTRATANTE, (grifo nosso)

Em relação ao período de execução do contrato, é fato que a Recorrida encontra-se prestando o serviço no Município de Sapopema. Porém ao contrário do que alega a Recorrente, o serviço iniciou em 21 de janeiro de 2019 com vigência até 21 de janeiro de 2020, portanto executa o serviço há aproximadamente 7 meses. Caso exista alguma dúvida pela E. Comissão, a Administração poderá realizar diligência junto Município de Sapopema para esclarecer quaisquer questionamentos. Lembrando que o ato de diligenciar é legal e chega à ser recomendado pelos próprios Tribunais de Contas com o intuito de preservar a ampla concorrência.

Outro ponto a destacar, diz respeito ao acervo técnico, a Recorrente em diversos momentos claramente confunde a função do atestado de capacidade técnica e do acervo técnico. Para esclarecer de forma breve, é válido recordar que o atestado de capacidade técnica é utilizado para comprovar a **CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL** do licitante, em outras palavras é usado para auferir se a empresa possui experiência na atuação em determinado ramo, podendo inclusive a Administração estabelecer critérios de avaliação como comprovação de quantidade mínima, como é o caso.

Já o acervo técnico é utilizado para comprovar a **CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL** do responsável técnico, em outras palavras é usual para comprovar que a engenheira (neste caso) vinculada à empresa tem experiência em determinada atividade, porém diferente do caso acima, os Tribunais de Contas vedam explicitamente a comprovação de quantidade mínima. E apesar do recurso da ora Recorrente estar totalmente confuso na avaliação dos DISTINTOS documentos, o edital é claro em sua solicitação, por isso vejamos o item 5.2.2.4.:

5.2.2.4 Certidão de Acervo Técnico emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho profissional competente para a execução do objeto da licitação, o qual comprove a aptidão do Responsável Técnico indicado pela proponente para execução dos serviços, devendo constar no Acervo Técnico o(s) atestado(s) apresentado(s). O Atestado de Capacidade Técnica e a Certidão de Acervo Técnico deverão referir-se às atividades técnicas que façam parte das atribuições legais do profissional (grifo nosso)

Veja que a solicitação do edital é totalmente legal e em nada se parece com os argumentos da Recorrente, comprovando que suas razões são descabidas. Posto isso, vale lembrar que a Recorrida apresentou acervo técnico cujo selo de autenticidade é A051080 e é facilmente confirmado pelo portal do Crea/PR.

É evidente que a Recorrida apresentou todos os documentos dentro da legalidade, comprovando tanto sua capacidade técnico-operacional quanto à capacidade técnico-profissional.

Sendo assim, totalmente inadequada à alegação da Recorrente quanto a não comprovação de sua capacidade técnica, devendo essa E. Comissão habilitar a Recorrida.

II - DO PEDIDO

Diante de todo o acima exposto, requeremos que o recurso da Recorrente seja INDEFERIDO e que a Recorrida seja considerada HABILITADA.

Qualquer outra decisão viola normas e princípios administrativos e responsabiliza seus agentes por eventual prejuízo ao erário, motivos que serão eventualmente discutido em Corte de Contas, se necessário. Lembrando que, o inciso do § 1º, do art. 3º, da Lei nº 8.666/93 ressalta ser vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato. Qualquer cláusula que favoreça, limite, exclua, prejudique ou de qualquer modo fira a impessoalidade exigida do gestor público poderá recair sobre a questão da restrição de competição

2. Contrarrazão protocolo nº 470 de 22/08/2019:

"CONTRA RAZÕES RECURSAIS ADMINISTRATIVAS em face ao recurso interposto pela empresa KURIKA AMBIENTAL, doravante denominada RECORRENTE, pelos motivos a seguir expostos.

Como veremos a seguir, as intenções da Recorrente ao apresentar seu Recurso são meramente protelatórias, com razões infundadas e que visam tão somente o benefício próprio e induzem a Administração ao erro. Se limitou a transcrever em 09 (nove) páginas sobre o princípio da Legalidade, como se ignorante fosse a Comissão e a Assessoria



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

Jurídica do Município quanto aos ditames legais que norteiam os processos licitatórios, e discorreu em míseros 2 (dois) parágrafos para alegar o não atendimento ao item 5.2.3.2 do edital. Em síntese apertada, a Recorrente, em seu recurso, no que tange à Recorrida, alega que:

a) a Recorrida não apresentou "declaração com os cálculos de índices contábeis", assinada pelo representante legal;

I- DA COMPROVAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - especificamente o item 5.2.3.2

A seguir iremos discorrer de forma ampla, ao contrário da Recorrente, todos os pontos abordados pelo item supracitado do edital.

A Recorrente sustenta seus argumentos em inúmeras definições sobre o princípio da Legalidade, de modo que faz parecer que nossa habilitação apenas seria possível com sua infração.

De fato o princípio da Legalidade deve ser respeitado pela Administração, assim como todos os outros. Porém ao contrário do que insurge a Recorrente nossa habilitação nada mais é do que a prova do respeito à tais princípios.

Vejamos, o edital em seu item 5.2.3.2 determina que o licitante deve apresentar

5.2.3.2 Comprovação da boa situação financeira da empresa, através do cálculo de índices contábeis abaixo especificados e de acordo com o Anexo IV assinada pelo representante legal e contador da empresa: Deverão ser apresentados os índices de: - liquidez geral (LG); - liquidez corrente (LC); e - endividamento (E). Tais índices serão calculados conforme segue: $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$; $LC = (AC/PC)$; $E = (PC + ELP)/(AC + RLP + AP)$. Onde: AC = ativo circulante; PC = passivo circulante; AP = ativo permanente; RLP= realizável a longo prazo; ELP= exigível a longo prazo. **OBS: Os índices deverão ser apresentados com no máximo 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais. O valor máximo a ser fixado pelo licitador para os índices contábeis são seguintes:** LG(valor mínimo) = 1,10; LC (Valor mínimo) = 1,10; E (valor máximo) = 0,50

A Recorrente alega que tal documento foi apresentado, porém apenas com a assinatura do contador. Omite-se em dizer, por equívoco ou má fé, que a Recorrente apresentou tal documento em declarações separadas.

Outro princípio de extrema importância que rege o processo licitatório é o da vinculação ao instrumento convocatório. Analisando o edital é evidente que não existe solicitação onde defina que as assinaturas do responsável legal e do contador devam constar em documento único. O edital apenas solicita que o contador e o representante legal assinem tal documento, e assim a Recorrida o fez conforme imagens abaixo, inclusive trazemos o documento contendo o visto de todos os licitante presentes.

[illegible]



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

IV - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DOS RECURSOS

Inicialmente cabe mencionar que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório submete-se tanto a Administração Pública, bem como aos interessados na licitação, à observância dos termos e condições do edital, assim, a condução da sessão pública e julgamento final ocorreu em conformidade com disposto no Edital e em observância ao artigo 41, da lei 8666/93, *in verbis*:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Desta forma, ponderando o princípio da vinculação do instrumento convocatório *versus* o princípio do formalismo moderado, aplicando-se a ponderação de que não ocorram violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a Comissão Permanente de Licitação passa a analisar os recursos apresentados.

1. DO RECURSO MANEJADO POR INOVA AMBIENTAL TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA

Do recurso apresentado pela empresa **INOVA AMBIENTAL TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA**, CNPJ Nº 07.030.825/0001-06 quanto o atestado de Capacidade Técnica apresentado pela empresa **C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE EIRELI**, não merece prosperar.

Denota-se que a recorrida cumpriu com as exigências do instrumento convocatório (edital) quanto ao solicitado no item 5.2.2.3 e subitem 5.2.2.3.1 e alíneas "a" "b", "b.1" e "b.2", referente a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica. Assim dispõe o Edital quanto o tema:

5.2.2.3 Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação. O Atestado deverá conter o nome do responsável técnico indicado pela proponente e atender o que segue: *(grifou-se)*

5.2.2.3.1 O Atestado deverá possuir:

a) Carimbo de Registro no CREA ou Conselho profissional competente para a execução do objeto da licitação;

b) Comprovação de execução de serviços pertinentes com o objeto desta licitação, com relação ao seguinte item:

1 – Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares.

b.1) Entende-se por serviço equivalente com o objeto da presente licitação, a execução/prestação que possua, no mínimo, quantitativo igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do objeto proposto, parcela de maior relevância e valor significativo, O SEGUINTE SERVIÇO: *(grifou-se)*

DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade
Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares.	Tonelada/mês	200

b.2) Será aceito o somatório de atestados para comprovação do quantitativo.

Podemos ver no atestado fornecido pela Prefeitura Municipal de Sapopema, apresentado pela empresa **C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE EIRELI**, contempla as exigências do item acima mencionado, pertencentes ao edital de Concorrência 006/2019, conforme passamos a destacar no documento apresentado pela proponente, a seguir:



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

ou superior a 50% (cinquenta por cento) do objeto proposto. É o que se vislumbra do referido dispositivo:

5.2.2.3 Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação. O Atestado deverá conter o nome do responsável técnico indicado pela proponente e atender o que segue:

5.2.2.3.1 O Atestado deverá possuir:

- Carimbo de Registro no CREA ou Conselho profissional competente para a execução do objeto da licitação;**
- Comprovação de execução de serviços pertinentes com o objeto desta licitação, com relação ao seguinte item:**

I – Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares.

b.1) Entende-se por serviço equivalente com o objeto da presente licitação, a execução/prestação que possua, no mínimo, quantitativo igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do objeto proposto, parcela de maior relevância e valor significativo. O SEGUINTE SERVIÇO:

DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade
Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares.	Tonelada/mês	200

b.2) Será aceito o somatório de atestados para comprovação do quantitativo.

Assim, **mantém-se a empresa inabilitada** por não atender a exigência do item 5.2.2.3.1 alínea **b.1.** do edital, pois o **atestado apresentado contém apenas 40T/mês**, em nome da responsável técnica Geni de Fátima Portela Radoll como podemos constatar abaixo:



Município de Nova Laranjeiras
Cidade de Nova Laranjeiras - Paraná
Rua dos Bandeirantes, 2122 - Centro - CEP 85.250-000
Fone: (41) 3611-1046

001935

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e à Rua dos Bandeirantes, 2122 - Centro - CEP 85.250-000 - cidade de Nova Laranjeiras - Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 06.567.948/0001-12, **ATESTA**, para fins de atestação técnica no Conselho Regional de Engenharia e Agrimensura (CREA/PR), que a empresa **DE TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, situada à Rodovia Adolpho Moro (enquanto) à Rua Dom Pedro II, Centro da Região - Epitafio Novo - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 18.586.481/0001-40, registrada na Junta Comercial do Paraná sob o número 96032894-4), a qual participou de licitação promovida em sede de Pregão Presencial nº 01/2019 - Comissão nº 16/2019, onde apresentando desempenho satisfatório no serviço contratado.

Visto constar ainda, em data a presente data, nada consta que o atestado pelo qual atestamos sua "CAPACIDADE TÉCNICA" em relação aos serviços contratados.

Declaramos que a empresa supracitada participou da licitação cujo OBJETO se refere à "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E RECICLAGEM DA SÓLIDA DO MUNICÍPIO, LOCALIZADOS DO INTERIORE E ALDEIAS DA RESERVA INDÍGENA NO SÍS COMBES".

ESTIMATIVA MÉDIA DE QUANTIDADE TRANSPORTADA (TONELADAS)
PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO: 31/05/2019 a 31/05/2020 (seis meses)

RESPONSÁVEL TÉCNICO: SR. Geni de Fátima Portela Radoll, Engenheira de Registro do Trabalho, Engenharia Sanitária e Ambiental, CREA/PR 113573/05.

Nova Laranjeiras - PR, 16 de julho de 2020.

PETRONIO VINÍCIUS PRADA
Engenheiro Agrônomo CREA/PR - 177661/02

Geni de Fátima Portela Radoll
Engenheira de Registro





MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

Com relação ao Atestado apresentado em nome da profissional Sra. Emanoele Magatão dos Santos, dispõe o Edital que o Atestado deverá conter: nome do responsável técnico indicado pela proponente (item 5.2.2.3); apresentar documento de aceitação de incumbência de responsável técnico para a execução dos serviços licitados (item 5.2.2.6). Então vejamos:

*5.2.2.3 Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação. **O ATESTADO DEVERÁ CONTER O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO INDICADO PELA PROPONENTE** e atender o que segue: (grifou-se)*

(...)

*5.2.2.6 Declaração do responsável técnico e profissão, vinculado ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/PR ou Conselho profissional competente para a execução do objeto da licitação, **indicado pela empresa, aceitando a incumbência de responsabilidade técnica pelo objeto licitado** e cujo nome deverá constar na ART dos serviços.*

Desta forma, o julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação possui fundamento ao contido no item 5.5 do edital, qual dispõe que a apresentação incompleta e incorreta da documentação de habilitação exigida surtirá a inabilitada a proponente, *in verbis*:

5.5 As empresas licitantes que não apresentarem a documentação de habilitação exigida ou apresentarem incompleta, incorreta ou com a validade expirada, serão inabilitadas, não se admitindo, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para a complementação destes documentos, salvo para as condições na forma da Lei Complementar nº 123/2006.

3. RECURSO MANEJADO POR LIMPATUR LIMPEZA URBANA LTDA, CNPJ Nº 04.336.100/0001-44.

Quanto ao recurso apresentado pela empresa **LIMPATUR LIMPEZA URBANA LTDA, CNPJ Nº 04.336.100/0001-44** referente a sua inabilitação na sessão realizada no dia 09/08/2019 por não atender as exigida do edital pelos motivos constante na Ata da Sessão, **não merece prosperar, passamos.**

Em análise realizada pela Comissão Permanente de Licitação a recorrente não atendendo a exigência do item 5.2.1.4 e 5.2.3.1 do edital adiante descrito, **mantendo assim a empresa inabilitada:**

5.2.1.4. Certidão Simplificada da Junta Comercial, emitida com a antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data da abertura da licitação. No caso de sociedade civil, apresentar Certidão do Cartório de Títulos e Documentos com mesmo prazo de antecedência de emissão.

(...)



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

5.2.3.1 *Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, quando não houver explicitação do prazo de validade na respectiva certidão.*

A Certidão Simplificada da Junta Comercial apresentada pela empresa LIMPATUR LIMPEZA URBANA LTDA foi emitida no dia 07/06/2019, estando com 62 dias na data da abertura da licitação (ocorrida em 08/08/2019), fora do prazo previsto de validade contida no item 5.2.1.4² do edital:

001153

SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAL
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIDÃO SIMPLIFICADA Página: 001/001

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são verídicas na data de sua expedição.

Nome Empresarial:
LIMPATUR LIMPEZA URBANA LTDA

Nome da Junta: SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede): 412000051-9

CNPJ: 04.336.100/0001-44

Data de Arquivamento do Atto Constitutivo: 15/03/2001

Data de Início de Atividade: 14/03/2001

Endereço Completo (Legislação, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP):
Rua Frei Policarpo, 361, São Bernardo, UNMO DA VITÓRIA, PR, 84.600-000

Código Social:
Prestação de serviços de coleta de resíduos não-perigosos; Serviços de instalação e manutenção de resíduos industriais; Serviços de limpeza em prédios e em domicílios; Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; Atividades paratransitárias; Serviços de carga e descarga; Serviços de engenharia; Serviços de limpeza e conservação de ruas, rodovias, calçadas, domínios e instalações públicas.

Capital: R\$ 800.000,00
(OITOCENTOS MIL REAIS)

Capital Integralizado: R\$ 800.000,00
(OITOCENTOS MIL REAIS)

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006): Não

Prazo de Duração: Indeterminado

Sócios/Participação no Capital/Especie de Sócio/Administrador/Término do Mandato (Nome/CPF ou CNPJ):

Nome/CPF ou CNPJ	Especie de Sócio	Administrador	Término do Mandato
LUIS FERNANDO SOUSA 030.308.879-05	70.000,00 SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXX
LUIZ CARLOS DA SILVA 067.721.375-54	800,00 SOCIO		XXXXXXXXXX

Último Arquivamento:
Data: 28/05/2018
Número: 20182914318
Atto: ALTERAÇÃO

Situação: REGISTRO ATIVO

Status: SEM IMPEDIMENTO JUDICIAL

Evento (nº): ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

Observações:
BLOQUEIO(S)
JUDICIAL: PROTOCOLO: 1840231101886/13MS/1886/13103/1886/1336/1886/13370
AUTOS: 9082897-02 2018.8.16.8171
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE TOMBADINA
PROCEDER ANOTAÇÃO ACERCA DO BLOQUEIO QUE RECAIU SOBRE OS EXECUTADOS E SUAS RESPECTIVAS QUOTAS EMPRESARIAIS
DE ACORDO COM O ART. 47 DO DECRETO 184008
06/12/2018

UNMO DA VITÓRIA - PR, 07 de junho de 2019

LEONARDO MARCOS RAYBEL BRAGA
SECRETARIO GERAL

54

² 5.2.1.4 Certidão Simplificada da Junta Comercial, emitida com a antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data da abertura da licitação. No caso de sociedade civil, apresentar Certidão do Cartório de Títulos e Documentos com mesmo prazo de antecedência de emissão.



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

A Certidão Negativa de Falência ou Concordata foi emitida no dia 05/06/2019, estando com 64 dias na data da abertura da licitação, fora do prazo previsto de validade contido no item 5.2.3.1⁵ do edital.



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO - ESTADO DO PARANÁ
OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO E ANEXOS
CONTADOR DE SENTENÇAS E ACÓRDÃO - PR
R. Manoel de Fátima, 100 - F. 1 - Centro - Curitiba - Paraná - Brasil - CEP 81.122-101
Cidade de Curitiba - PR - F. P. 041 - 1111 - 1111
Luzes, Telefone, Caixa de Registro de Distribuição, Anexos

001172

CERTIDÃO NEGATIVA

Confirma a pedido verbal da parte interessada, que foi enviado ao livro de
Distribuição Cível, volume 16, do CCJGP, (MOTOPR) (1) para a Vara Presencial, Rogatória,
e de ofício para a Vara Cível (cadastro) Nº 1 (MOTOPR) (1) para a Vara Cível, (1) para
para a Vara Criminal e (1) livro para a Vara de Infância e Juventude, família e guarda / de ofício
criminal, sendo mais conta de Ação de Falência, Concorrida com Recuperação Judicial e
Extrajudicial, cad. LIMPATUB LIMPZA URBANA LTDA, CNPJ Nº
04.116.100/0001-24

Add as appropriate either to the beginning or end of each slide in presentation

[illegible]

1) referido é vendido a Don Jo. Chade e passado sobre cidade e cartório de Confreza Vieira, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de Junho de 1906. (Assinatura)

E.g., distillate from methanol-water solution; also fit or fusion.

Enriquez Yriza, 97 de 1994 al 2019

James M. Thompson
Chemical Process Industrial Design

[illegible]

Nesse diapasão, cabe destacar que a própria recorrente reconhece em sua peça recursal o quantitativo de dias que refletem cada uma das certidões acima mencionadas, estando portanto, em desconformidade com o disciplinado no edital que reza que a data da emissão da certidão não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, ocorrida em 08/08/2019.

Desta forma, o julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação possui fundamento ao contido no item 5.5 do edital, qual dispõe que a apresentação *com a validade expirada* da documentação de habilitação exigida surtirá a inabilitada a proponente, *in verbis*:

5.5 As empresas licitantes que não apresentarem a documentação de habilitação exigida ou apresentarem incompleta, incorreta ou com a validade expirada, serão inabilitadas, não se admitindo, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para a complementação destes documentos, salvo para as condições na forma da Lei Complementar nº 123/2006.

² 5.2.3.1 Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, quando não houver explicitação do prazo de validade na respectiva certidão.



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

4. RECURSO MANEJADO POR KURICA AMBIENTAL S/A, CNPJ Nº 07.706.588/0002-23.

4.1 Do recurso apresentado pela empresa KURICA AMBIENTAL S/A, CNPJ Nº 07.706.588/0002-23 quanto a comprovação da boa situação financeira apresentado pela empresa C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE EIRELI, não merece prosperar.

Denota-se que a empresa C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE EIRELI cumpriu com as exigências do instrumento convocatório (edital) quanto ao solicitado no item 5.2.3.2, referente a comprovação da boa situação financeira, como vemos abaixo:



CNPJ 15.745.254/0001-82
FONEPAX 411 3026 2018
www.cbrasil.com.br

CAPACIDADE FINANCEIRA

O valor assinado, Sra. PAMELLA CARMEIRO KUKIK, carteira de identidade RG nº 12.714.376-2 SSP/PR, CPF nº 040.748.729-10, na qualidade de representante legal pela empresa C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTES EIRELI inscrita regularmente no CNPJ sob nº 07.706.588/0002-23, com sede à Rua Marcos Rodrigues de Oliveira, 220 - Curitiba PR, DECLARAMOS que as demonstrações abaixo respondem a real situação da empresa. Estes índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar as demonstrações financeiras que comprovam as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES		
Índice	Valor em R\$	Resultado
Liquidez geral (LG)	2.328.447,32 + 71.995,47	1,69
LG = (AC + ALP) / (AT + PLP)	2.328.447,32 + 71.995,47	
Liquidez corrente (LC)	2.328.447,32 + 1.022.503,20	2,27
LC = (AC + ALP) / (AT + PLP)	2.328.447,32 + 1.022.503,20	
Endividamento (E)	1.022.503,20 + 394.749,25	0,43
E = (AT + PLP) / (AC + ALP)	1.022.503,20 + 394.749,25	

AC - ativo circulante
ALP - ativo permanente
AT - passivo circulante
PLP - passivo permanente

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente na forma da lei.

Curitiba, 08 de Agosto de 2018.


PAMELLA CARMEIRO KUKIK
RG nº 12.714.376-2 SSP/PR


CLAUDIO CREPALDI
RG nº 12.714.376-2 SSP/PR



CNPJ 15.745.254/0001-82
FONEPAX 411 3026 2018
www.cbrasil.com.br

ÍNDICES FINANCEIROS

A. C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTES EIRELI inscrita no CNPJ sob nº 07.706.588/0002-23, com sede em Rua Marcos Rodrigues de Oliveira nº 220 - Curitiba PR, Indústria II - Curitiba - Paraná - CEP 84.280-000, por intermédio de seu contador responsável o Sr. CLAUDIO CREPALDI portador da Carteira de Identidade nº 4.016.187-2, CPF nº 338.543.809-00 e CRC-PR nº 33.07510-1 apresenta abaixo seus Índices Financeiros apurados no balanço financeiro em 31/12/2018, como segue:

a) Índice de Liquidez Geral (LG) = (AC + ALP) / (AT + PLP)

$$2.328.447,32 + 71.995,47 / 1.022.503,20 + 394.749,25 = 2.400.442,79 / 1.417.252,45 = 1,69$$

b) Índice de Liquidez Corrente (LC) = AC / AT = 2.328.447,32 / 1.022.503,20 = 2,27

c) Índice de endividamento (E) = (AT + PLP) / AT

$$1.022.503,20 + 394.749,25 / 2.328.447,32 = 1.417.252,45 / 2.328.447,32 = 0,61$$

d) Índice de Solvência Geral (SG) = AT / (AT + PLP)

$$1.022.503,20 / (1.022.503,20 + 394.749,25) = 1.022.503,20 / 1.417.252,45 = 0,72$$

Curitiba, 08 de agosto de 2018


Contador Responsável
Nome: Claudio Crepaldi
CRC-PR 3307510-1

CNPJ nº 15.745.254/0001-82
FONEPAX 411 3026 2018
www.cbrasil.com.br

Indústria II - Curitiba - Paraná - CEP 84.280-000

Podemos constatar que os documentos apresentados atenderam a solicitação do item 5.2.3.2⁴ do edital, sendo, uma declaração assinada pelo representante legal (Pamella Carneiro Kukik) e outro assinada pelo contador da empresa (Claudio Crepaldi), dando atendimento a previsão do instrumento convocatório.

4.2 Do recurso apresentado pela empresa KURICA AMBIENTAL S/A, CNPJ Nº 07.706.588/0002-23 quanto a Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), comprovação da boa situação financeira e quanto ao Contrato Social e suas alterações, apresentados pela empresa INOVA AMBIENTAL TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA, não merece prosperar.

⁴ 5.2.3.2 Comprovação da boa situação financeira da empresa, através do cálculo de índices contábeis abaixo especificados e de acordo com o Anexo IV assinada pelo representante legal e contador da empresa.

24



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

4.2.1 Quanto o endereço constante na Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e o endereço constante na Sétima alteração Contratual, passa-se a analisar e julgamento.

Preliminarmente, identifica-se que a certidão apresentada esta com validade até 08/01/2020 tendo assim seu registro regular perante o CREA/PR.

Quanto à divergência de endereço, passamos analisar:

[illegible]

A mera divergência entre a descrição do bairro do qual corresponde o endereço da empresa, não enseja sua inabilitação se o objetivo pretendido, qual seja, a demonstração de seu registro no CREA, foi atingido.

Ademais, verifica-se que o endereço, número, cidade e CEP, correspondem a mesma localização.

Do contrário, haveria infração aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade e afronta ao interesse público de buscar a proposta mais vantajosa para a Administração.

De sorte que configuraria rigor excessivo desconsiderar o efetivo registro da licitante no CREA em razão unicamente da divergência do bairro do endereço encontrada neste registro e demais documentos apresentados.

A título ilustrativo, conforme Acórdão nº 352/2010 – TCU – Plenário, relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, 03.03.2010 onde o Plenário acompanhou a manifestação do relator no sentido de considerar a representação improcedente, *in verbis*:



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

(c)

8. Quanto ao mérito desta Representação, cotejando-se o teor da certidão emitida pelo Crea/CE em favor da empresa Bom Sinal Indústria e Comércio Ltda. (fl. 33), expedida em 03/03/2009, com as informações que constam na 18ª Alteração e Consolidação de Contrato Social da aludida empresa, datada de 30/07/2009 (fls. 64/69), verifica-se que há divergências nos dados referentes ao capital social e ao objeto.

9. No que tange ao capital social, houve alteração de R\$ 4.644.000,00 para R\$ 9.000.000,00, e no tocante ao objeto, foi acrescentada a fabricação de veículos ferroviários ou sobre pneus para transporte de passageiros ou cargas, bem como a sua manutenção, assistência técnica e operação.

10. Entretanto, embora tais modificações - que, aliás, evidenciam incremento positivo na situação da empresa - não tenham sido objeto de nova certidão, seria rigor excessivo desconsiderar o efetivo registro da Bom Sinal Indústria e Comércio Ltda. no Crea/CE, entidade profissional competente, nos termos exigidos no subitem 6.4.1 do edital (fl. 209) e no art. 30, inciso I, da Lei n. 8.666/1993. (grifou-se)

Desta forma, ponderando o princípio da vinculação do instrumento convocatório *versus* o princípio do formalismo moderado, concluímos que a mera divergência de bairros entre a Certidão do CREA e o Contrato Social em nada afetará o objetivo atingido pelo referido documento, pois em consonância com o instrumento convocatório.

4.2.2 Quanto a Comprovação da boa situação financeira, passa-se a analisar e julgar.

Denota-se que a empresa **INOVA AMBIENTAL TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA** cumpriu com as exigências do instrumento convocatório (edital) quanto ao solicitado no item 5.2.3.2, referente a comprovação da boa situação financeira, como vemos abaixo:

[illegible]

Podemos constatar que o documento apresentado atendeu a solicitação do item 5.2.3.2⁵ do edital, sendo que a declaração encontra-se assinada pelo representante legal

5.2.3.2 Comprovação da boa situação financeira da empresa, através do cálculo de índices contábeis abaixo especificados e de acordo com o Anexo IV assinada pelo representante legal e contador da empresa.



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

(Giovanni Navarrete de Andrade), assim como, assinada pelo contador da empresa (Fernando de Oliveira Rosa), dando atendimento a previsão do instrumento convocatório.

4.2.3 Quanto a última alteração do Contrato Social e Certidão Simplificada da Junta Comercial apresentada pela empresa **INOVA AMBIENTAL TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA**.

Analizada a Certidão Simplificada juntamente com a Sétima Alteração do Contrato Social da empresa **INOVA AMBIENTAL TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA**, constatamos que o Capital Social, Quadro Societário e Objeto Social permanecem inalterados.

Observamos que a alteração aposta na Certidão Simplificada da Junta Comercial relacionada ao último arquivamento, data de 19/03/2019 sob nº 20190625864, em folha 608 do P.A., refere-se apenas ao arquivamento de "Ofício", não se tratando, portanto, de alteração no Contrato Social que acarrete o descumprimento do item 5.2.1.1⁶ do Edital, conforme segue:

Último Arquivamento	Número: 20190625864	Situação
Data: 19/03/2019		REGISTRO ATIVO
Ato: OFÍCIO		Status
Evento (s): OUTROS		XXXXXXXXXXXXXXXXXX

19/03/2019

CURITIBA - PR, 26 de julho de 2019

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO GERAL

V – DECISÃO

Diante dos fatos, das razões e contrarrazões apresentadas, a Comissão Permanente de Licitação conhece dos recursos interpostos, para no mérito:

- a) **Manter** a decisão que declarou **HABILITADA** em sessão de julgamento da fase de habilitação (abertura do ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO), para as seguintes empresas:

a.1) Empresa **C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE EIRELI** CNPJ Nº 10.745.254/0001-92

a.2) Empresa **INOVA AMBIENTAL TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA**, CNPJ Nº 07.030.825/0001-06

- b) **Manter** a decisão que declarou **INABILITADA** em sessão de julgamento da fase de habilitação (abertura do ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO), as seguintes empresas:

b.1) **LIMPATUR LIMPEZA URBANA LTDA**, CNPJ Nº 04.336.100/0001-44

b.2) **JJ TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA - ME**, CNPJ 16.584.481/0001-60

⁶ 5.2.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual, Atto Constitutivo e alterações, Estatuto ou Contrato Social em vigor e última alteração, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.



MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

A Comissão Permanente de Licitação remete este julgamento, bem como, todo o processo licitatório à autoridade do Excelentíssimo Senhor Prefeito para ratificação ou retificação da decisão, para após, **a proceder com a publicação e ao comunicado da decisão final a todos os participantes**, bem como, realizar a convocação para sessão pública para abertura do ENVELOPE nº 02 – DA PROPOSTA das empresas Habilitadas.

Contenda, 17 de setembro de 2019.



PATRIK ALVES

Presidente da Comissão Permanente de Licitações



HELENA GAWLAK

Membro da Comissão Permanente de Licitações



ODETE PAVLIK

Membro da Comissão Permanente de Licitações



FABIO LUIZ MALINOVSKI PADILHA

Membro da Comissão Permanente de Licitações